
Projetos sociais para jovens de periferia: uma análise de duas iniciativas em Campos dos Goytacazes, R.J.

Raquel Brum Fernandes¹

Resumo: Diversos autores demonstram que as políticas públicas para a juventude se relacionam diretamente às vigentes concepções sociais sobre o grupo. Assim, a partir da década de 1980 observa-se a predominância de propostas de enfrentamento à pobreza e prevenção do crime, além de políticas de incentivo à inserção laboral dos jovens excluídos. Dentro desse contexto, diversas favelas brasileiras tornaram-se alvos de iniciativas que buscam compensar o contexto de carência, violência e ilegalidade nos quais seus moradores, especialmente os jovens, estariam inseridos. Essas iniciativas são comumente chamadas de “projetos sociais”, apesar de suas diferentes propostas, origens e configurações. O objetivo deste trabalho é demonstrar como ocorre a participação juvenil nas atividades oferecidas em dois “projetos sociais” localizados em Campos dos Goytacazes, R.J. Através da análise de entrevistas realizadas com profissionais e participantes dessas iniciativas, buscaremos compreender como o envolvimento nesses projetos se insere nos interesses e planos de cada jovem.

Palavras-chave: Juventude; Projeto social; direitos; favelas.

Abstract: Several authors demonstrate that public policies for youth are directly related to current social conceptions about the group. Since the 1980s there is a predominance of proposals for tackling poverty and preventing crime, in addition to policies to encourage the inclusion of excluded young people in the labor market. Within this context, several Brazilian favelas have become targets of initiatives that seek to provide compensation for the context of need, violence and illegality in which their residents, especially the young people, are inserted. These initiatives are commonly called “social projects”, despite their different proposals, origins and configurations. The aim of this work is to demonstrate how youth participation occurs in activities offered by two “social projects” located in Campos dos Goytacazes, RJ. Through the analysis of interviews made with professionals and participants of these initiatives, we will try to understand how the involvement in these projects fits the interests and plans of each young person.

Keywords: Youth; Social Projects; Rights; Favelas.

¹ Doutora em Ciências Sociais, professora do Departamento de Ciências Sociais da UFF em Campos dos Goytacazes.

Introdução

A compreensão dos jovens como sujeitos de direitos, que tem como clara manifestação a promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA – lei federal nº 8.069) em 1990 tem motivado as diversas ações de cunho governamental, civil e privado, de enfoque e atendimento aos grupos jovens, desenvolvidas nas últimas décadas. Segundo Maria das Graças Rua (1998) o surgimento de políticas públicas em determinada área ocorre quando esta deixa de ser considerada um perene “estado de coisas” e se torna um “problema político”. A autora defende que para que tal transformação ocorra, é necessária a presença de ao menos uma das três condições a seguir: a mobilização de ação política, a constituição de um contexto de crise, calamidade ou catástrofe, e a possibilidade de vantagens a algum ator político relevante (RUA, 1998). Diversos autores já demonstraram como a juventude pode ser concebida como um “problema social” devido a sua associação a comportamentos questionadores e conflituosos em relação à cultura e a ordem vigentes (PICCOLO, 2010; VIANNA, 1997). Marília Sposito e Paulo César Carrano (2003) explicam que a percepção da juventude como um “problema” foi configurada, ao longo das últimas décadas, por diferentes representações sobre esse grupo. Eles afirmam:

Assim, se nos anos 1960 a juventude era um “problema” na medida em que podia ser definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais, a partir da década de 1970 os “problemas” de emprego e de entrada na vida ativa tomaram progressivamente a dianteira nos estudos sobre a juventude, quase a transformando em categoria econômica (Pais, 1993; Abramo, 1997). [...] No entanto, parte das atenções tanto da sociedade civil como do poder público voltou-se, nos últimos anos, sobretudo para os adolescentes e aqueles que estão em processo de exclusão ou privados de direitos (a faixa etária compreendida pelo ECA). (SPOSITO; CARRANO, 2003:19).

Dessa forma, as políticas públicas destinadas aos segmentos jovens respondem à variação das noções associadas a eles nas diferentes épocas. Miguel Abad (2002), apesar de ressaltar as especificidades de cada país, sintetiza as políticas para a juventude desenvolvidas na América Latina de acordo com as áreas privilegiadas em cada período. O autor afirma que, de 1950 até 1980 se objetivou ampliar a educação e o “bom” uso do tempo livre dos jovens. De 1970 a 1985 surgiram iniciativas de controle social dos grupos juvenis mobilizados, considerados subversivos e reprimidos pelo Estado. A partir de 1985, destacam-se propostas

de enfrentamento à pobreza e prevenção do crime, e a partir da década de 1990, políticas de incentivo à inserção laboral dos jovens excluídos. Regina Novaes (2009) destaca que a compreensão da juventude atual não pode se basear na comparação com o comportamento jovem de outras épocas, sem a valorização das características sociais contemporâneas. Dessa forma, os jovens brasileiros dos últimos anos convivem com instabilidades em relação a sua inserção e manutenção profissional, aos diversos episódios de violência que permeiam as grandes cidades, às questões ecológicas, ao desenvolvimento tecnológico, entre diversos outros fatores que diferenciam a sociedade presente da vivenciada em outros momentos. O contexto social atual, formado por diversas inseguranças, teria contribuído para que a sensibilidade e o envolvimento político dos jovens (e também de outras parcelas da população) fosse construído sob moldes distintos daqueles experimentados pela juventude engajada dos anos 1960 e 1970, por exemplo. A autora destaca que nesse contexto contemporâneo a juventude se organiza em torno de novas temáticas, buscando inserção comunitária e garantia de direitos em pautas variadas, como questões identitárias, religiosas, culturais e ambientais. Ela afirma que:

Neste processo, a ideia do “jovem como sujeito de direitos” se constrói justamente na intercessão entre os Direitos da Cidadania e os Direitos Humanos. Nesta intercessão há lugar tanto para a busca de justiça e igualdade, quanto para a valorização da diversidade. Tal combinação pode oferecer uma historicamente inédita equação entre motivações pessoais (que partem do subjetivo, mas não ficam restritas a questões de foro íntimo) e motivações coletivas (que exigem objetivação, ações no aqui e agora no espaço público). (NOVAES, 2009:19).

Assim, a atual compreensão dos jovens como sujeitos de direitos, aliada ao seu reconhecimento como um “problema social”, atribui à juventude uma posição central no pleito e desenvolvimento de políticas públicas. Especialmente no que diz respeito aos jovens provenientes das camadas mais pobres da população, tanto análises acadêmicas quanto textos midiáticos, discursos de senso comum e de especialistas defendem o desenvolvimento de políticas, projetos e iniciativas voltadas para a juventude (FERNANDES, 2013). As peculiaridades da vida social em territórios de pobreza, especialmente aqueles “governados” ou influenciados por organizações traficantes, funcionariam como agravante nesse contexto de vulnerabilidade e privação de direitos. Isso porque a juventude favelada é compreendida tanto como vítima quanto como culpada por seu envolvimento no tráfico e pelos atos de violência associados a ele (FERNANDES, 2013). Assim, o desenvolvimento de políticas que possam

oferecer aos jovens a construção de trajetórias biográficas consideradas positivas é visto como fundamental para mantê-los afastados da criminalidade e suas consequências (PICCOLO, 2010; FERNANDES, 2013).

Dentro desse contexto, diversas favelas brasileiras tornaram-se alvos de iniciativas que buscam compensar o contexto de carência, violência e ilegalidade nos quais seus moradores, especialmente os jovens, estariam inseridos. Essas iniciativas são comumente chamadas de “projetos sociais”, apesar de suas diferentes propostas, origens e configurações. Segundo Lia Rocha (2011), um “mercado dos projetos sociais” teria se formado nos últimos anos, baseado na premissa do risco social em que se encontrariam (e seriam) os jovens favelados. Alguns projetos fazem parte de políticas públicas de governo, outros foram criados por pessoas das comunidades, por empresas ou ONGs, além daqueles que são realizados através de “parcerias” entre alguns desses. Em alguns exemplos mais famosos, pode-se afirmar que os projetos passaram a atuar como representantes da favela em relação a outras áreas e grupos sociais da cidade, realizando a função de mediadores entre questões vivenciadas pelos moradores como pobreza, exclusão social, tráfico de drogas, preconceito racial e abusos policiais e o mercado de trabalho formal, o sistema tradicional de ensino, a mídia, os circuitos artísticos, o universo esportivo profissional, entre outros (COELHO; DURÃO, 2011; NOVAES, 2006; RAMOS, 2006; ROCHA, 2011). De acordo com Regina Novaes:

Para aqueles que têm acesso, os projetos podem contribuir para a supressão de certas marcas de exclusão pelo aumento da escolaridade, da capacitação profissional, da consciência étnica, de gênero, de pertencimento local comunitário. Os projetos sociais tornaram-se pontes para um determinado tipo de inclusão social de jovens moradores de certas áreas marcadas pela pobreza e pela violência das cidades. Com eles, uma parcela dos jovens pode inventar novas maneiras de sociabilidade e integração societária que resultem em determinadas modalidades de inclusão. (2006: 113 e 114).

É nesse contexto que se inserem as duas primeiras iniciativas estudadas na pesquisa “Jovens de Periferia, Projetos Sociais e Identidades”, em desenvolvimento desde 2016 no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes. Através de diversas visitas às sedes dos projetos, participações em eventos e realização de entrevistas, buscou-se perceber como esses projetos se relacionam com os grupos jovens que atendem. Mais especificamente, como ocorre a participação juvenil nas atividades oferecidas e como se organizam as diversas interferências dos projetos (através de seus profissionais e práticas) nas vidas desses jovens. Deseja-se também compreender como o

envolvimento com essas iniciativas se insere nos interesses e projetos de futuro de cada jovem. Os dois projetos foram escolhidos dentro da rede de instituições parceiras da UFF Campos, visto que ambos já tinham participado do desenvolvimento de atividades de extensão de docentes da universidade.

Os projetos analisados

As duas iniciativas estudadas, que serão chamadas aqui de projeto “A”² e projeto “B”, estão localizadas no município de Campos dos Goytacazes. O primeiro projeto fica em uma pequena favela que passou, nos últimos anos, por um processo intenso e conflituoso de remoção de moradores para áreas de assentamento e moradias populares designadas pela prefeitura e o segundo, na região central da cidade. Ambos atendem crianças e adolescentes pobres, compreendidos como em situação de risco ou vulnerabilidade social, moradores de áreas carentes e periféricas, em sua maioria, favelas. O projeto social “A” oferece aulas e oficinas para crianças e jovens de quatro a dezoito anos, entre elas aula de artes, informática, psicomotricidade, oficinas de cerâmica e de teatro. Foram realizadas entrevistas com cinco profissionais da equipe técnica desse projeto. O projeto social “B” oferece atividades para crianças e adolescentes de quatro a catorze anos. Tendo começado como uma creche, a instituição oferece, desde 2003, aulas de dança, judô e inglês. Mais recentemente, passou a contar também com aulas de teatro e informática. Quatro profissionais desse projeto foram entrevistadas para a pesquisa.

As duas iniciativas surgiram a partir de grupos religiosos locais e permanecem mantidas por esses grupos, embora também recebam recursos de outras instituições e de convênios com órgãos públicos. Os históricos de criação dos projetos podem ser observados de forma resumida nos trechos a seguir, retirados de entrevistas feitas com profissionais atuantes em cada um deles:

2 Os nomes das instituições, assim como das pessoas entrevistadas, foram suprimidos para manter a privacidade das mesmas, conforme solicitado por algumas delas.

O projeto surgiu a partir do próprio morador da comunidade era católico e tinha o sonho de construir uma igreja para São Pedro, e aí ele procurou primeiro a igreja [...] que é daqui de perto e uns seminaristas na época ajudaram esse morador, levantaram a igreja, os alicerces. Mas depois disso ficou sem apoio e procurou o [instituição educacional e religiosa local]. Isso aí tem mais de 20 anos. Em 2006, o [mesma instituição educacional e religiosa] escreveu um projeto e começaram a ter mais organização. Trabalhos, primeira equipe técnica, aí começou o trabalho específico com crianças e adolescente diário, com apoio da [empresa estatal] na época. Foi o primeiro projeto aqui, foi tecendo oportunidades... isso começamos a organizar em 2006, 2007. (Psicóloga do projeto “A”).

O grupo espírita tem mais de 80 anos, né? E nós começamos a nos envolver com a questão da criança em 1980, criando uma creche. E funcionou até 2009 essa creche. [...]E em 2003 ainda funcionando a creche e a escola, nós resolvemos criar o projeto[...] E aí o projeto funcionou de 2003 a 2009 sem financiamento do fundo da infância, só através de colaboradores eventuais. [...]Mas o projeto, em 2009 conseguimos o financiamento. A princípio foi pela Assistência, durante dois anos, e depois pelo Conselho da Criança e do Adolescente. (Coordenadora do projeto “B”).

Dessa forma, o caráter religioso permanece determinante no funcionamento das iniciativas, tanto no que diz respeito à imagens e figuras presentes em suas sedes, quanto em rotinas de oração e outras práticas religiosas inseridas no cotidiano das atividades oferecidas. O projeto “B” situa-se, inclusive, em um prédio anexo à sede do grupo espírita que o mantém. As falas de profissionais atuantes nas duas iniciativas revelam que o caráter religioso funde-se aos próprios objetivos do trabalho realizado, visto que seria pertinente aos preceitos morais católicos e espíritas realizar obras de auxílio à população carente em geral. Como as crianças e adolescentes atendidos são considerados vulneráveis e carentes em múltiplos aspectos, caberia aos projetos protegê-los e até mesmo “salvá-los” das contingências sociais em que estão inseridos. Como pode ser observado na fala a seguir, da fonoaudióloga do projeto “A”, explicando como desempenha seu trabalho:

Eu faço parte da equipe técnica, eu e a psicóloga fazemos o acompanhamento escolar. Então a gente supervisiona as oficinas, a gente dá assessoria aos educadores e ao mesmo tempo a gente estipula metas pra investigar o que está acontecendo e como a gente pode fazer essas estimulações. Porque aqui a gente não faz tratamentos clínicos, aqui fazemos acompanhamentos, os acompanhamentos a gente percebe que o outro precisa de intervenção, a gente orienta a família a buscar uma orientação médica. (Fonoaudióloga do projeto “A”).

Em outro momento da entrevista, a profissional descreve o tipo de intervenção desempenhada pela equipe do projeto, a partir da constatação de carências ou vulnerabilidades nas crianças e jovens atendidos:

Aqui você tem crianças que precisam ter o acompanhamento escolar e que de forma alguma o sistema municipal... se tiver que esperar uma vaga para ser atendido, só vai ter ano que vem. E aí como fica esse tempo dessa criança na alfabetização, tentando ler e escrever. Aí vê esse projeto como forma de assistência, essa criança ficaria ainda mais à mercê das dificuldades. A gente tem criança que precisa tomar medicação, necessidades especiais, você tem crianças que estão saindo para o mercado de trabalho, tá virando adolescente com 17 anos. A gente faz um processo de acompanhamento de egressos, são aqueles que já saíram mas a gente continua acompanhando pra ver como ele está da vida, se tá trabalhando, tá estudando e depois a gente sempre procura saber dele de que forma o projeto influenciou as decisões da vida futura. Porque não é só sonhar, porque o projeto vem com recurso, é um projeto que tem qualidade de vida, de o quê ele vai fazer dali pra frente, entendeu? Então é até os 18 [anos], passou dos 18 procuramos saber como está fulano, será que tá trabalhando? Será que tá estudando? Será que conseguiu se formar no Ensino Médio? (Fonoaudióloga do projeto “A”).

De maneira semelhante, a assistente social e a psicóloga do projeto “B” explicaram o critério de seleção das crianças e adolescentes atendidos e o trabalho de acompanhamento realizado:

A gente atende de 5 a 14 anos, prioritariamente quem vivencia alguma situação de vulnerabilidade. Relacionada tanto à pobreza, quanto à questão da violência, ou o conflito familiar que a gente fala que é a vulnerabilidade relacional, né? No ambiente familiar, questão de doenças, diversas vulnerabilidades (Assistente social do projeto “B”).

A agente faz parte do corpo pedagógico do projeto e trabalhamos conjuntamente com a assistência social, buscando auxiliá-la no mapeamento dos jovens com desvios familiares dentro de casa. Eu não faço trabalho de atendimento psicológico, devido à alta demanda dos estudantes, mas procuro dialogar sempre que algum professor detecta algo de errado com os alunos. (Psicóloga do projeto “B”).

Os trechos acima evidenciam uma compreensão das biografias juvenis como carentes de acompanhamento e intervenção, a fim de direcioná-las para trajetórias formais legítimas,

como a conclusão do Ensino Médio e o ingresso no mercado de trabalho. A fala de uma educadora do projeto social “A” apresenta uma perspectiva semelhante:

Quais são os objetivos do projeto?

A gente quer ver eles bem no futuro e que eles tenham uma carreira.

Os objetivos estão sendo alcançados?

Estão sim. Temos a Liliane que era participante daqui e hoje ela já é formada em Direito e passou na OAB. Temos a Laís também que está se formando em Pedagogia. (Educadora do projeto “A”).

Pode-se observar que a inserção dos “egressos” no mercado de trabalho figura como indicador do sucesso da iniciativa. O estudo e o trabalho aparecem como a saída para futuros melhores (CARDOSO, 2008). Fernanda Piccolo (2010), observou a predominância da inserção profissional nos objetivos dos projetos sociais destinados à juventude existentes em favelas do Rio de Janeiro. Segundo a autora:

Inúmeras ações foram estabelecidas, visando, em muitos casos, à incorporação dos adolescentes e jovens ao mercado de trabalho, do qual se encontram formalmente excluídos, visto os altos índices de desemprego, não trabalho e trabalho informal verificados para esses segmentos (Quiroga, 2002). Visando a essa inserção são postas em prática políticas de capacitação, mediante uma série de programas que, para sua execução e seu financiamento, envolvem diversos organismos locais, nacionais e internacionais. Na descrição dos objetivos dessas ações, costuma-se salientar o desejo de solucionar o que seria uma das causas da violência urbana: a desocupação da juventude pobre, não escolarizada – fato que contribuiria para a reprodução de sua condição social. (PICCOLO, 2010: 112).

Dessa forma, pode-se perceber uma concepção de que o trabalho se opõe diretamente ao desempenho de atividades ilegítimas, as quais seriam fomentadas pela desocupação da juventude (CARDOSO, 2008). É importante destacar que a perspectiva de trabalho nesse contexto não se restringe ao emprego formal, embora este seja muito valorizado enquanto objetivo final e diversos projetos inclusive encaminhem seus alunos formados ou algum “talento” descoberto às vagas de emprego disponíveis. “Ocupar” o tempo dos jovens através de atividades artísticas, esportivas ou durante o período dos cursos de qualificação profissional já traria benefícios em si, além daqueles experimentados através da arte, da prática de esportes e da posterior inserção no mercado de trabalho. Tanto que existe uma boa quantidade de projetos sociais que oferecem apenas atividades recreativas, entendendo que a simples

convivência no espaço “saudável” de socialização do projeto já diminuiria a exposição dos jovens aos atrativos do tráfico e outras práticas “não recomendáveis” (PICCOLO, 2010). Além de estarem em um ambiente “protegido”, ao participarem de projetos os jovens teriam sua atenção voltada para atividades “construtivas”, desenvolveriam seus interesses em relação às práticas lícitas, desde aquelas que são somente de lazer e recreação até as que constituem expectativas de carreiras profissionais.

Todas as entrevistadas destacaram o papel educador e socializador dos projetos, que, através não apenas de suas aulas e oficinas, mas principalmente da convivência em seu espaço e momentos, proporcionaria aos participantes novas formas de sociabilidade, mais “saudáveis” e legítimas. A educadora entrevistada no projeto social “A” resumiu o objetivo da iniciativa da seguinte forma: “Construir cidadãos de bem”. Dessa forma, o papel fundamental da iniciativa na construção de trajetórias biográficas consideradas positivas é constantemente enunciado. Como pode ser observado nas falas a seguir:

Então, eu não largaria aqui, é muito gratificante uma criança chega e dizer... a mãe desse aluno trabalha na cozinha e ela falou que ele chegou em casa dizendo “a, que não pode bater, não pode”. Aí a gente vê que eles escutam a gente e isso mudou totalmente minha vida. (Educadora do projeto “A”).

O objetivo geral é oferecer às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade um espaço de desenvolvimento pessoal e cultural através das atividades socioeducativas, valorizando as artes e a diversidade cultural brasileira... bem como promover ações de fortalecimento de vínculos familiares e comunitário, que possibilitem o exercício da cidadania. (Coordenadora do projeto “B”).

No projeto social “A” foram entrevistados, além das profissionais, sete jovens que frequentavam as atividades oferecidas. Foram cinco homens e duas mulheres, com idades entre onze e dezessete anos. Já no projeto social “B”, por se tratarem de adolescentes mais novos (com, no máximo, catorze anos), os dados foram colhidos através de conversas informais durante as visitas à sede e participação nos eventos promovidos pela iniciativa. De maneira geral, todos os jovens disseram que “gostavam” ou “gostavam muito” de participar dos projetos. Quando perguntados sobre o que mais gostavam, todos os jovens se referiram às atividades das quais participavam. Como pode ser observado nas falas a seguir:

Eu gosto de jogar futebol no campo, oficina de cerâmica, porque eu gosto, acho bacana de brincar com barro, é legal. (Luís, projeto “A”)

Gosto de ficar aqui porque adoro fazer as oficinas especialmente de teatro (Evelin, projeto “A”)

Você gosta de vir para cá?

Gosto muito. Aqui é muito legal. (Júlia, projeto “B”)

A maioria dos jovens entrevistados diz que percebe a relação entre a participação no projeto e seus planos para o futuro:

Acho que sim por causa da escola, aqui eles ajudam com exercícios de casa, se tiver dificuldade com alguma matéria eles ajudam. (João, projeto “A”)

Talvez sim, eles ajudam na escola, eles aqui no projeto ajudam a arrumar emprego. (Alberto, projeto “A”).

Na verdade, dois jovens entrevistados do projeto “A”, ao responderem a pergunta de como se veriam daqui a dez anos, disseram que gostariam de se tornar artistas de cerâmica, demonstrando uma influência direta da oficina de cerâmica da qual participavam no projeto. A divulgação de trajetórias consideradas saudáveis, com foco na inserção profissional formal, parece totalmente absorvida pelos jovens, o que os evidencia como “jovens de projeto”, categoria apontada por Regina Novaes (2006). Entretanto, a fala de uma jovem participante do projeto “A”, diferiu do discurso dos demais. Ao falar sobre como se veria daqui a dez anos, ela disse:

Eu posso falar mesmo? (Risos) *Pode.*

Então eu vou falar (Risos enquanto olhava para os colegas). Eu quero ser chefe da boca. Mas não aqui não, em alguma favela famosa. Para isso vou ter que matar meus irmãos... *Vai ter que matar seus irmãos?* É, porque eles não vão deixar. Eu vou matar todo mundo e vou ser chefe em algum lugar. (Roberta, projeto “A”)

O contexto em que a fala acima ocorreu foi o de realização de uma oficina para discutir a temática da violência urbana com alguns jovens participantes do projeto “A”. Após o término da oficina, que fazia parte de uma atividade de extensão de professores da UFF, conversei com eles sobre seus planos de futuro e obtive de todos, com exceção da jovem mencionada, respostas que descreviam carreiras formais como engenheiro, professor e policial. Dessa forma,

quando chegou a vez da jovem Roberta falar, um clima de tensão se instaurou entre os colegas, que pareciam já saber o que ela diria e combinavam risos a pedidos de que ela não falasse o que estava pensando. Mesmo que a tenha feito as declarações acima com o intuito de causar uma comoção entre os colegas ou de chamar a minha atenção para sua fala, fica evidente o desejo de se diferenciar do discurso tradicional dos “jovens de projeto”. Ao romper com o ideal de uma inserção formal no mercado de trabalho e demonstrar um anseio pelo envolvimento com o tráfico de drogas, além de referir-se diretamente à prática de violência, a jovem confrontou o aspecto socializador dos projetos sociais, marcando sua resistência aos valores e práticas ensinados na iniciativa. Mesmo que o desejo apresentado pela jovem careça de concretude ou de um plano de ação estabelecido (assim como, possivelmente, o desejo de um jovem pobre de se tornar médico ou jogador de futebol), sua vocalização tem amplo valor analítico.

Em ambos os projetos sociais estudados, foi possível observar relatos de profissionais e jovens participantes em relação a crianças e jovens que tinham deixado de participar das atividades ou eram pouco assíduos. Os relatos eram sempre feitos de forma lamentosa e, por parte dos profissionais, evidenciava-se a dúvida sobre os reais motivos de ausência nas aulas. No projeto “A” uma das profissionais relatou que alguns jovens faltavam as atividades por dias sem fornecer nenhuma explicação considerada “válida”. Segundo ela, ao entrar em contato com as famílias dos jovens ou telefonar para os mesmos, obtinha respostas de que eles faltaram porque quiseram, porque estavam cansados ou por terem ficado vendo televisão. Outros jovens teriam abandonado o projeto sem apresentar nenhum motivo à equipe técnica.

Comportamentos semelhantes foram observados por Sento-Sé e Coelho (2011) ao realizarem uma pesquisa com diferentes grupos de jovens e suas percepções sobre o sistema formal de ensino. Diversos de seus entrevistados apresentaram motivos não muito convencionais para terem deixado os estudos, embora a maioria dissesse pretender voltar à escola algum dia. Razões como “preguiça”, “enjoo” e até o “sol” (muito quente) apareceram na fala dos jovens. Assim como no caso dos jovens que deixam de frequentar as atividades dos projetos, as explicações atribuídas aos seus comportamentos não pertencem ao quadro das condições sociais deterministas das comunidades periféricas, que tradicionalmente configuram a vulnerabilidade desses jovens. São apresentadas, pelo contrário, explicações baseadas em percepções e sensações individuais. Mesmo que se possa argumentar que as respostas fugazes apresentadas pelos jovens refiram-se a uma falta de interesse ou incômodo na elaboração mais detalhada de suas considerações, o fato de recorrerem a elas demonstra que justificar uma ação

com o “cansaço” ou um simples “não quis” lhes parece aceitável e coerente. As falas revelam, de qualquer jeito, as relações entre os entrevistados e seus desejos e atos.

Maria Isabel Mendes de Almeida e Raphael Bispo (2018) apontaram as aparentes desmobilizações das juventudes contemporâneas em relação às gerações passadas. Segundo os autores, as configurações modernas, especialmente no que diz respeito à rapidez da troca de informações, à instabilidade do mercado de trabalho e ao consumo desenfreado, produziram uma espécie de “cansaço” social, gerando a necessidade de desaceleração e recuo frente às diversas possibilidades da vida urbana atual. Eles afirmam que:

Finalmente, vale aqui uma relação de aproximação entre os jovens com os quais trabalhamos ao longo desses anos de pesquisa e o sentido do contemporâneo (AGAMBEN, 2014) como aquele que “não coincide verdadeiramente com ele mesmo, nem se adequa às suas exigências e é, por isso, nesse sentido, inatual; mas, precisamente por isso, exatamente por meio dessa separação e desse anacronismo, ele é capaz, mais que os outros, de perceber e apreender o seu tempo” (AGAMBEN, 2014, p. 22). Imersos, portanto, nos modos operativos do “virar”, esses jovens tendem a não protagonizar ou robustecer os processos de “mobilização infinita” da modernidade, ou seja, não parecem submersos às convocatórias da ordem do dia, às permanentes atualizações das práticas aceleracionistas do consumo. Por aderirem ao tempo por meio de uma dissociação e de um anacronismo – numa palavra, por tomarem distância frente a ele – a esses jovens poderíamos chamar de “contemporâneos” no sentido de Agamben. Estabelecem eles uma relação bastante singular com o próprio tempo: aderem, e ao mesmo tempo tomam distância em relação a ele, o que, em muito aqui nos distancia do tempo apegado, inexorável e adesista da contracultura. (ALMEIDA; BISPO, 2018: 228).

Dessa forma, as experiências múltiplas e heterogêneas das grandes cidades contemporâneas produziriam uma espécie de recuo às singularidades individuais (VELHO, 1990), as quais seriam constantemente reinventadas nas relações com a diversidade. Os jovens desempenhariam assim, trajetórias descontínuas em relação aos diferentes contextos, grupos e práticas. Segundo Sento-Sé e Coelho:

Errâncias, imprecisões, ambivalências: estes termos parecem dar a tônica daquilo que os jovens entrevistados contam sobre suas trajetórias. Perguntados sobre suas trajetórias familiares, falam de famílias múltiplas, eventualmente co-existent no tempo; contam sobre vivências “nômades”, sem habitação fixa; revelam um sentimento em que o responsabilizar-se não é função de um papel socialmente definido, mas parece se dar (quando se dá) de forma

aleatória, ditada não por critérios macro-sociológicos de organização social, mas, ao menos em sua percepção, ao sabor dos desejos e personalidades individuais. (2011, p. 28).

Considerações finais

As reflexões acima revelam que as trajetórias jovens em classes populares, assim como em classes médias (ALMEIDA; EUGÊNIO, 2006; ALMEIDA; PAIS, 2012), podem ser caracterizadas por inúmeros momentos, descontinuidades e até incoerências. Suas identidades, muito mais do que resumidas a vítimas ou culpados de qualquer coisa, se formariam também através de instantes biográficos transitórios, não podendo ser compreendidas através de padronizações simplistas ou estereótipos. Assim, quando deixam de participar de um “projeto” pelo cansaço ou por terem “pedido a vontade”, os jovens estão contestando uma percepção, recorrente à sua volta e que tenta se impor sobre eles, a respeito de seus interesses, motivações e vulnerabilidades. Estão contestando a ideia de que teriam suas individualidades esmagadas pelas determinações sociais e de que não lhes sobraria espaço para construírem percursos originais. Desconstroem o “repertório dos projetos sociais” que atribuiria a eles um risco social a priori, uma carência de ocupação e a necessidade de serem conquistados para o “lado correto”. Quando apresentam falas como a da jovem Roberta sobre o tráfico e a violência, estão enunciando sua resistência ao discurso salvacionista dos projetos sociais, que constantemente ignora as variações de personalidade, trajetórias e interesses dos jovens periféricos. Não percebendo ou ao menos não operando segundo os estereótipos generalistas atribuídos a eles, os jovens de camadas populares seguem construindo suas biografias com planos, “perdas de vontade”, concretizações, procrastinações, continuidades e rupturas. Oferecem como explicações para essas transitoriedades, muitas vezes, características individuais, ocasionais, que não passam necessariamente pelo contexto de vulnerabilidade em que vivem. Operam escolhas em meio aos seus (restritos) campos de possibilidade, reivindicam sua voz e sua individualidade.

Não se trata aqui de questionar a existência ou a importância do conjunto de carências ou mesmo vulnerabilidades que atingem os jovens moradores de periferias, especialmente favelas. O reconhecimento da individualidade não apaga o peso das determinações sociais, mas evidencia as diferentes formas como os sujeitos vivem (e sobrevivem) em meio a elas. Dessa

forma, não parece mais concebível a desconsideração das percepções individuais, das trajetórias múltiplas, por mais restritas que sejam as possibilidades.

Referências:

- ABAD, Miguel. 2002. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. *Última Década*, Viña del Mar, n. 16.
- ABRAMO, Helena. 1997. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Belo Horizonte, n. 5/6.
- AGAMBEN, Giorgio. Nudez. Belo Horizonte, Autêntica, 2014.
- ALMEIDA, Maria. Izabel.; BISPO, Raphael. 2018. Desmobilizações juvenis e a reimaginação da resistência na contemporaneidade em contraste com o período contracultural. *Revista Teoria e Cultura*, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFJF, v. 13, n. 1.
- _____; EUGÊNIO, Fernanda. (Orgs.). 2006. *Culturas Jovens*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____; PAIS, José. (Orgs.). 2012. *Criatividade, juventudes e novos horizontes profissionais*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CARDOSO, Adalberto. 2008. Transições da Escola para o Trabalho no Brasil: Persistência da Desigualdade e Frustração de Expectativas. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n 3.
- COELHO, Maria Claudia; DURA, Suzana. 2011. Morais do Drama Urbano: violência policial, discurso midiático e produção de fábulas. In: *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*, Salvador. Anais eletrônicos... Salvador: UFBA, 2011. Disponível em: <www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307979573_ARQUIVO_MoraisdoDramaUrbano-MariaClaudiaCoelhoSusanaDura.pdf>.
- FERNANDES, Raquel. 2013. Vítimas ou autores? Percepções sobre a juventude e o tráfico em um conjunto de favelas “pacificadas” no Rio de Janeiro. *Revista Interseções*, Rio de Janeiro, v.15, n.2.
- NOVAES, Regina. 2006. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Izabel. I.; EUGÊNIO, Fernanda. (Orgs.). *Culturas Jovens*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. Juventude, juventudes. 2009. Notas sobre a invenção social de um singular sujeito de direitos. *Revista de Ciencias Sociales*, Montevideo, no XXII, n. 25, p.1020.
- PICCOLO, Fernanda. 2010. Desigualdades sociais, práticas educativas e juventude numa favela carioca. In: VELHO, Gilberto.; DUARTE, Luís. Fernando. (Orgs.). *Juventude Contemporânea*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- QUIROGA, Consuelo. 2002. (não-) trabalho: identidade juvenil construída pelo avesso? *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*, Rio de Janeiro, nº. 7.
- RAMOS, Silvia. 2006. Brazilian responses to violence and new forms of mediation: the case of the Grupo Cultural AfroReggae and the experience of the project “Youth and the Police”. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 419-428.
- ROCHA, Lia. 2011. Representações e autorrepresentações: notas sobre a juventude carioca moradora de favelas e os projetos sociais de audiovisual. In: *35º Encontro Anual da Anpocs, 2011*, Caxambu. Anais eletrônicos... Caxambu: Anpocs.

RUA, Maria da Graça. 1998. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria da Graça; CARVALHO, Maria Izabel (Org.). *O estudo da política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15. Coleção Relações Internacionais e Política. Disponível em:

<http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF>.

SENTO-SÉ, João Trajano; COELHO, Maria Claudia. 2011. Sobre Errâncias, Imprecisões e Ambivalências: notas sobre as trajetórias de jovens cariocas e sua relação com o mundo do crime". Relatório de pesquisa (inédito). Rio de Janeiro.

SPOSITO, Marília; CARRANO Paulo. 2003. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24.

VIANNA, Hermano (Org). 1997. *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.